

Festa da Árvore

A Revolução francesa constituiu um momento de grande riqueza no que diz respeito à realização de festas com um carácter cívico e pedagógico. Entre as festas então fomentadas encontravam-se as dedicadas ao culto da árvore. A 3ª República francesa incorporou o referido culto no sistema institucionalizado de festividades cívicas tendente à consagração do regime, constituindo a principal referência para o seu desenvolvimento em Portugal.

No nosso país, as festas da árvore começam a ser celebradas nos últimos anos da monarquia. As primeiras festas da árvore realizadas em Portugal parecem ter sido as de 1907, dinamizadas pela Liga Nacional de Instrução, uma associação ligada ao republicanismo e à maçonaria. No entanto, só depois da implantação da República é que esta festividade recebeu um notório incremento. A festa da árvore realizada em 12 de Março de 1911 foi já rodeada de algum aparato. Em 1913, *O Século Agrícola* tomou a iniciativa de organizar a «Festa Nacional da Árvore», implicando a realização de festas simultâneas um pouco por todo o país, sendo para tal escolhido o dia 9 de Março. Este terá sido o ponto alto da nova festividade cívica escolar. Nos anos seguintes ainda consegue manter algum dinamismo, embora o entusiasmo diminua gradualmente ao mesmo tempo que se acentua o seu carácter estereotipado. Os últimos anos da República testemunham o declínio da festa da árvore.

Tal como as «árvores da liberdade» em França, as árvores plantadas pelas crianças portuguesas, durante as suas festas da árvore, são igualmente de uma grande riqueza e complexidade simbólica. A árvore surge, acima de tudo, como símbolo da regeneração, isto é, ela representava, de forma admirável, a capacidade de renovação característica da natureza, do mesmo modo que a República se pretendia apresentar como regeneradora de uma pátria há muito decadente. A árvore simbolizava, ainda, outros valores cívicos e morais caros ao republicanismo como pátria, liberdade, solidariedade ou vida.

Na maioria dos casos a festa da árvore decorreu no mês de Março, assinalando a passagem do Inverno para a Primavera. Este facto expressava, provavelmente, a continuidade entre os ancestrais ritos de sagração da natureza, que ocorriam na Primavera, e a nova festividade dedicada à regeneração social. Além disso, os rituais e símbolos fomentados pelas republicanos manifestavam, no fundo, a vontade de apresentar uma alternativa laica em relação às manifestações exteriores do catolicismo, a qual não deixava de estar imbuída de uma certa religiosidade cívica.

O esquema organizativo da festa da árvore mantém-se inalterável de festa para festa, de ano para ano. Um elemento importante era o corteja cívico, que percorria a localidade dirigindo-se para o local de plantação das árvores, passando pelos pontos centrais da toponímia republicana. Um outro aspecto a realçar é o que se refere ao papel de destaque assumido pelos professores primários na organização da festa, o que nos remete para o papel que a República lhes atribui como guias espirituais das comunidades. Protagonistas centrais são, igualmente, os jovens alunos das escolas primárias. Na verdade, que melhores actores poderia ter a celebração da permanente capacidade de renovação da natureza que essa vida em crescimento que são os jovens? Apesar de organizada pelas escolas primárias, a festa da árvore extravasava o âmbito estritamente escolar, oferecendo-se como espectáculo cívico no espaço público.

Referências:

Catroga, F. (1988). *A militância laica e a descristianização da morte em Portugal (1865-1911)* (2 vols.) [Tese de Doutoramento]. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Pintassilgo, J. (1998). *República e formação de cidadãos. A educação cívica nas escolas primárias da 1ª República portuguesa*. Lisboa: Edições Colibri.

Rodrigues, M. M. (2007). *O verde e o vermelho dos bancos de escola. O ensino primário na 1ª República no Barreiro* [Tese de Doutoramento]. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Pintassilgo, J. (2014). Festa da Árvore. In M. F. Rollo (Coord.). *Dicionário de História da 1ª República e do Republicanismo* (Vol. II, pp. 81-82). Lisboa: Assembleia da República.